



TÉCNICA ESPAÇO TEMPO

Globalização e
meio técnico-científico informacional

OS ESPAÇOS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em "sistema-mundo" de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único "mundo" e assiste-se a uma refundição da "totalidade-terra".

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistémico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea.

O sistema-mundo visto através do espaço geográfico

Como qualquer totalidade, a globalização só se exprime por meio de suas funcionalizações. Uma delas é o espaço geográfico. Este texto se limitará a esse aspecto, partindo do princípio de que um enfoque parcial pode ajudar a compreender o todo.

Como se caracteriza o espaço geográfico nesta fase de globalização?

E necessário talvez, e antes de tudo, explicitar a noção de espaço, de meio. Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente.

Hoje, objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas económicas, políticas ou culturais.

Podem-se examinar as transformações atuais do espaço geográfico — como o fenómeno de globalização que lhe constitui a causa — a partir de três dados constitutivos da época: a unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. Esses três dados, a um tempo causas e efeitos uns dos outros, são solidários em escala mundial.

Na aurora da história, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. Hoje, observa-se por toda parte, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste, a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização.

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária na escala do mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro.

É aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares.

O mundo oferece as possibilidades: e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um "exército de reserva" de lugares, senão da produção racionada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemónicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico.

Caracterização dos espaços globais

O processo de globalização acarreta a mundialização do espaço geográfico, cujas principais características são, além de uma tendência à formação de um meio técnico, científico e informacional:

- a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
- a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;
- a concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície — por exemplo, na agricultura;
- a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões;
- a produtividade espacial como dado na escolha das localizações;
- o recorte horizontal e vertical dos territórios;
- o papel da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões;
- a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização.

O meio científico-técnico-informacional

O meio geográfico em via de constituição (ou de reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem

sobretudo a interesses dos atores hegemónicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização.

Atualmente, apesar de uma difusão mais rápida e mais extensa do que nas épocas precedentes, as novas variáveis não se distribuem de maneira uniforme na escala do planeta. A geografia assim recriada é, ainda, desigualitária. São desigualdades de um tipo novo, já por sua constituição, já por seus efeitos sobre os processos produtivos e sociais.

Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes da ciência, da tecnologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas "luminosas"), áreas praticamente vazias (zonas "opacas") e uma infinidade de situações intermediárias estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão.

Esse meio técnico, científico e informacional está presente em toda a parte, mas suas dimensões variam de acordo com continentes, países, regiões: superfícies contínuas, zonas mais ou menos vastas, simples pontos.

É nesse meio que se vêm implantar, no campo como na cidade, as produções materiais ou imateriais características da época. Em uma frase poderíamos dizer que as ações hegemónicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemónicos. Como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar. Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ações específicas aos agentes económicos e sociais.

Esses novos subespaços são, pois, mais ou menos capazes de rentabilizar uma produção. Podemos falar de produtividade espacial, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo que ao produzido. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos marcos espaciais da informação.

Estaríamos diante de um determinismo de um tipo novo, de um neodeterminismo do espaço artificial, e isso tanto mais quanto a produção considerada é moderna.

Nessas condições, e como resultado da globalização, o próprio espaço se converte num dado da regulação, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação). Haveria espaços mais ou menos reativos, mais ou menos dóceis às outras formas de regulação. Estes seriam os "espaços da racionalidade", cuja constituição é mais marcada pela ciência, pela tecnologia e pela informação, espaços mais abertos à realização da racionalidade dos diversos atores.

Estrutura e funcionamento dos espaços da mundialização

Considerado um todo, o espaço é o teatro de fluxos com diferentes níveis, imensidades e orientações. Há fluxos hegemónicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos. O espaço global

é formado de todos os objetos e fluxos. A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quanto seus objetos dão prova de maior inovação.

O que tantas vezes se denomina espaço de fluxos não passaria de subsistema do espaço global, subsistema de objetos dotados de nível superior de tecnicidade e de ações marcadas por nível superior de intencionalidade e racionalidade. Estes (objetos e ações) seriam mais moldados pela informação do que nos outros subsistemas.

Nesse sentido, o espaço global seria formado de redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras, de características diferentes, desembocando em magmas resistentes à "resificação". O todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações — numa palavra, o espaço geográfico. Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia criados em cada país podem ser mais bem utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional.

As possibilidades técnicas e organizacionais de transferir à distância produtos e ordens determinam especializações produtivas solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. O papel da informação é crucial.

Como se produzem cada vez mais valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Os fluxos de informação são responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações e substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial.

A importância do movimento e o relativo desaparecimento das distâncias (para os condutores de fluxos dominantes) permitiram a alguns acreditar na homogeneização do espaço. Na verdade, porém, o espaço torna-se mais diversificado e heterogêneo, e à divisão tradicional em regiões se acrescenta uma outra, produzida pelos vetores da modernidade e da regulação. *Horizontalidades* e *verticalidades* se criam paralelamente. As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é com frequência o mundo, transportado aos lugares pelas firmas transnacionais.

O espaço geográfico, banal em qualquer escala agrupa horizontalidades e verticalidades. Assim, o que ainda se pode denominar região — espaço das horizontalidades — deve sua constituição não mais à solidariedade orgânica criada no local, mas a uma solidariedade organizacional literalmente teleguiada e facilmente reconsiderada.

A dinâmica dos espaços da globalização supõe adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar a produção, só autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas, dada a competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as outras. Uma vez mais, todos os subespaços mostram essa presença simultânea de horizontalidades e verticalidades.

As horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Nesses subespaços, e graças a essa solidariedade, consciente ou não, há um aumento da produtividade econômica, mas também da produtividade política, alimentadas pela informação.

A horizontalidade, enquanto conjunto de lugares contíguos, é o substrato dos processos da produção propriamente dita, da divisão territorial do trabalho, ao passo que a verticalidade se associa aos processos da cooperação, cuja escala geográfica não raro ultrapassa a do processo direto da produção.

Em relação às horizontalidades, o vetor da verticalização é um elemento perturbador, já que implica uma necessidade de mudança. Assim, regulação e tensão se tornam indissociáveis em cada lugar. Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único.

Principais tendências dos anos 90

Na hora atual, e para a maior parte da humanidade, a globalização é sobretudo fábula e perversidade: fábula, porque os gigantescos recursos de uma informação globalizada são utilizados mais para confundir do que para esclarecer: a transferência não passa de uma promessa. Como as notícias decorrem da interpretação, e não da leitura dos acontecimentos, os relatos podem ser ao mesmo tempo grandes e mesquinhos. A imprecisão que daí resulta impede muitas vezes que se encontrem as orientações necessárias. Perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitados pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis. O que se tem buscado não é a união, mas antes a unificação.

Se retomarmos os elementos de base da nossa análise, o sistema-mundo tenderia antes a ampliar-se e a ganhar terreno, agravando as contradições já presentes. O atual sistema técnico dominante torna-se invasor quando não consegue exercer sua tendência ao auto-crescimento: é desse modo que ele procura impor sua lei aos sistemas técnicos vizinhos. As crescentes necessidades de informação levam a uma maior convergência dos momentos, aumentando a distância entre a temporalidade dos diversos agentes. A unicidade do motor a serviço das firmas mundiais se vê, assim, reforçada.

Desse modo, embora os novos suportes materiais da vida tendam universalmente a se estabelecer em toda parte, sua utilização criará situações diferentes ou mesmo divergentes. O processo de refundição das regionalizações seguirá seu curso, tendo em conta os dados mundiais e os dados locais, criando ou recriando novas desigualdades.

Em que medida cada sociedade local poderá incorporar os vetores verticais sem recusar sua participação no mundo e sem comprometer a realização de seu próprio *telos*? Tal é a verdadeira questão moral e política colocada pelo processo e pelas realidades da globalização. Como os diversos subespaços são chamados a participar de trocas no nível mundial, o mapa do mundo está à procura de um equilíbrio e de uma divisão que, em cada caso, leve em conta ao mesmo tempo as aspirações das coletividades e sua necessidade de participar da vida mundial.

Unificação? Fracionamento? Qualquer que seja a situação, esses dois modelos estão simultaneamente presentes, conquanto suas manifestações possam ser diversas. Trata-se de perguntar qual será dominante em tal ou tal contexto geográfico?

Um fato, todavia, parece certo: o processo de unificação se faz por intermédio do que se chama de redes. Seria, portanto, pela unificação que adviria o fracionamento. As redes são vetores de modernidade e também de entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemônicos na escala planetária. Locais, essas mesmas redes são portadoras de desordem. A informação especializada e específica que elas transmitem serve à afirmação local dos atores hegemônicos. Se, para estes, ela é negentrópica, para os demais atores é entrópica.

O movimento é criador de diversificação, e a aceleração atual agrava essa tendência. A diversificação pode, pois, contribuir para a unidade ou somente para a unificação.

Dado que nas condições atuais se trata antes de unificação que de união, a resposta à globalização é uma verdadeira fragmentação, uma tendência à explosão.

O termo *crescimento* ainda pode ser utilizado no singular? Isso permitiria supor a existência de parâmetro universal e de vontade de medida universal para as sociedades. A questão se torna moral, suscitando na realidade outra, por sua vez fundamental: afora ideais uni-versalistas e humanistas, pode-se realmente exigir das diferentes sociedades que tenham apenas um *telos*? A menos que se faça tabula rasa dos bens culturais, a busca do mais-ser supõe primordialmente respostas locais.

O universo é, antes de tudo, um conjunto de possibilidades a concretizar, mas isto é sempre feito de maneira incompleta. Na época atual, e como nunca antes na evolução da humanidade, as condições-suporte da história permitem edificar um mundo novo.

Dizer o que vai acontecer é sempre audacioso. No entanto, a partir das perspectivas fornecidas pelos dados que a ciência e a tecnologia põem à disposição da humanidade, pode-se imaginar que as regulações se abrandarão na escala mundial e que se fortalecerão nos estádios inferiores. Isso permitiria, talvez, que a união prevalecesse sobre a unificação.

A regulação mundial é uma ordem imposta, a serviço de uma racionalidade dominante, mas não forçosamente superior. A questão, para nós, seria descobrir e pôr em prática novas racionalidades em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pêlos homens, lá onde eles vivem.

III

SISTEMAS DE OBJETOS, SISTEMAS DE AÇÕES

9

O ESPAÇO: SISTEMA DE OBJETOS, SISTEMA DE AÇÕES

Devemos nos precaver contra a ideia de que se pode fazer ciência sem teoria e teoria sem um projeto claramente explicitado. A palavra *espaço* é uma dessas que abrigam uma multiplicidade de sentidos. Nosso desacordo aparente e nosso quase desespero fundamental vêm menos do fato de cada qual dizer e impor uma definição do nosso objeto de trabalho — o espaço habitado — e muito mais que frequentemente dele não tenhamos nenhuma definição. Impõe-se uma clara intenção epistemológica na conceituação do espaço e na busca de seus materiais analíticos. Devemos, em segundo lugar, nos precaver da crítica sem análise, atitude frequente entre parcelas volumosas da esquerda. A análise tem que preceder a crítica, para que esta possa ser eficaz e para que se possa elaborar um discurso eficaz. Devemos, em terceiro lugar, nos precaver de pensar o lugar sem o mundo. Por tudo isso, e esta é a quarta precaução, devemos abandonar todo preconceito, ao risco de sermos apontados exatamente por não ter preconceito.

Não pensar o lugar sem o mundo. O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento. A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá as categorias.

Sabemos que o permanente não o é porque as visões sucessivas tornadas possíveis pelo conhecimento desmancham a nossa construção das coisas, até mesmo daquelas que considerávamos eternas. E sabemos também que o hoje não o abarcamos todo, mas é nossa tarefa, entretanto, a busca de seu entendimento. Nesse sentido propomos entender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Neste nosso mundo se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema da natureza, uma natureza que, graças exatamente ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização.

Os objetos não são as coisas, dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação. Hoje, esses sistemas de objetos tendem, em primeiro lugar, a ser um sistema de objetos concretos, isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. São, também, objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação econômica e das outras ações. São objetos que tendem à unicidade,

um sistema de objetos que, pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda parte. Refiro-me, sobretudo, aos objetos novos, àqueles que foram os sistemas hegemônicos, surgidos para atender às necessidades das ações hegemônicas. Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica), o que faz de cada um claramente distinto dos outros, numa fase da história em que o seu número se multiplicou exponencialmente: os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos que nos anteriores quarenta mil anos. São objetos técnicos, que representam sistemas técnicos, dotados de uma mecânica própria e funcionalidades próprias, e é nessa condição que aceitam ou recusam funções transmissoras dos processos. Esses sistemas técnicos contemporâneos hegemônicos são capa/es de uma força de invasão de qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base da dinâmica e o substrato da dialética do espaço.

As ações, por sua vez, aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação insuflada, e por isso mesmo recusando debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não explicada a todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade e, também, ação não isolada e que arrasta, que se dá também ela em sistemas.

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, a aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar.

É dessa forma que na superfície da terra, na crosta de um país, no domínio de uma região, nos limites de um lugar — seja ele a cidade — reorganiza-se o espaço, recriam-se as regiões, redefinem-se as diferenciações regionais. É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger. O fundamento etimológico da palavra *região* é perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando.

Na definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da própria definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões" existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em

racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Se, no passado, os nexos que definiam a organização regional eram nexos de energia, cada vez mais, hoje, esses nexos são nexos de informação. Por isso, as segmentações e partições presentes do espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes espaciais a que chamaríamos, provisoriamente, de horizontalidades e verticalidades. De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais extensa e implacável.

Horizontalidades são áreas produtivas: regiões agrícolas, cidades, os conjuntos urbano-rurais. Verticalidades são os sistemas urbanos. Ambas — horizontalidades e verticalidades — estão permanentemente sujeitas à lei do movimento. Mudam, nelas, os contornos e o conteúdo, impondo novos mapas ao mesmo território. A informação, sobretudo ao serviço das forças económicas hegemónicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações definidoras das novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes.

Nas áreas de agricultura moderna, as cidades são o ponto de interseção entre verticalidades e horizontalidades. As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e de seu discurso pragmático, criando um cotidiano obediente. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Nesse sentido, as cidades regionais podem tornar-se o *locus* de um novo tipo de planejamento, que desafie as verticalidades que as sociedades locais não podem comandar e imponham contrafinalidades, isto é, "irracionalidades" do ponto de vista da racionalidade que lhes é sobreposta.

O planejamento de boa parte do que está na cidade e no campo poderá ser feito a partir da cidade. Lugar da regulação da atividade agrícola, nela é mais possível reconhecer a mutabilidade frenética a que o campo está subordinado, em função das exigências da globalização. É a partir do conhecimento desta e dos seus mecanismos locais que se poderão encontrar os caminhos desejáveis para que o campo possa igualmente responder aos interesses da sociedade, como agora responde, melhor do que qualquer outro subespaço, aos interesses do capital.

Quanto às cidades propriamente ditas, estaria por ser intelectualmente construída a explicação das novas ecologias urbanas, isto é, das relações entre o mercado, as instituições e o meio ambiente construído, de maneira a

obter entendimento do que, em cada caso, são as relações entre a temporalidade do fazer e a das coisas, já que estas, por seu arranjo e estrutura interna, de certo modo comandam a temporalidade do fazer.

No campo moderno, modificado, com relativa facilidade, ao sabor de novos produtos, a economia é, sob esse ângulo, flexível. A inflexibilidade lhe vem da necessidade de uma dosagem sábia, em função desses mesmos produtos, de implementos e capitais constantes que tomam a forma de sementes, adubos, fungicidas, inseticidas e da implacabilidade de uma regulação que vem de fora. Na cidade, à inflexibilidade dos objetos, soma-se a inflexibilidade do seu uso segundo suas virtualidades, dadas pela sua própria materialidade, isto é, sua constituição técnica. Os capitais fixos fixados se instalam duravelmente nas cidades, mas, desde que envelheçam, podem ser operados sem maior submissão aos atores económicos e sociais hegemónicos, e muitas atividades urbanas podem assim escapar à regulação direta desses atores económicos e sociais hegemónicos.

É nesse contexto que as áreas de agricultura moderna se tornam a presa de uma racionalidade devorante, trazida por aqueles vetores verticais. Nesse sentido, elas se tornam mais vulneráveis que as cidades. Nestas, os capitais hegemónicos e as práticas hegemónicas, fundados na racionalidade, têm mais dificuldade de se difundir, já que as frações mais antigas do meio ambiente construído não são funcionais à operação dos capitais novos.

Desse modo, o campo modernizado é muito mais sujeito a um processo de regulação que é comandado pelas forças de mercado hegemónicas, deixando pouca margem às formas, mais precárias, de regulação local ou de regulação pelo poder público, não importa o seu nível.

É nesse sentido que se pode dizer que o planejamento das cidades se torna mais possível, senão mais fácil, que o planejamento das áreas agrícolas.

A cidade não é mais o *locus* por excelência dos capitais novos. Esse *locus* do capital hegemónico facilmente difundido é o campo, onde as horizontalidades que se estabelecem têm como base material a ciência, a tecnologia e a informação. A cidade é um lugar que se recusa a essa difusão rápida e fácil do capital novo. O campo é o lugar onde uma certa tipologia de capital, de tecnologia e de organização dá-se de forma espalhada sob certas áreas, redefinindo-as. A cidade, ao contrário, é o lugar onde se podem associar diversos capitais, e por consequência diversos trabalhos. Isto se deve exatamente ao fato de que a paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa e, desse modo, autoriza comportamentos económicos e sociais diversos.

Por conseguinte, a racionalidade perversa se instala com mais força no campo, sobretudo essa racionalidade sutil que nos vem no bojo do trabalho e em forma de um discurso cuja intenção nem sempre entendemos. Na cidade as localizações que se opõem a essa racionalidade, as áreas "irracionais" do ponto de vista da modernidade, assemelham-se àquilo a que os planejadores chamavam, nos anos 70, de *brechas*. Essas brechas tecnológicas recentes são numerosas e há que estudá-las no seu próprio contexto.

Quais são as possibilidades do Estado — como federação, como Estado federado, como município — na condução dessas irracionalidades, buscando ver nelas uma razão a decodificar, estabelecendo os instrumentos necessários de intervenção e as regras de um planejamento eficaz e aceitável?

Estas nos parecem tarefas urgentes e fundamentais. O planejamento urbano-regional atual não mais comporta fórmulas prefabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devemos inspirar, tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los.

10

OBJETOS E AÇÕES: DINÂMICA ESPACIAL E DINÂMICA SOCIAL

Este título resume uma velha e nova questão dentro de nosso campo de trabalho comum. Há uma relação entre dinâmica territorial e a manifestação da consciência social? Há uma geografia dos movimentos sociais? O problema se coloca de maneira oportuna. Da mesma forma, como se diz hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma que, nas mesmas condições, a expansão da presença do capital hegemônico em todo o espaço teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe.

Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecumeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a chamemos por outro nome.

Região e divisão do trabalho

Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. A energia que preside essa realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, impondo sucessivas mudanças na forma e no conteúdo das regiões. A ampliação da divisão do trabalho e do intercâmbio gera a aceleração do movimento e mudanças mais rápidas na forma e no conteúdo. As diferenças entre lugares que eram antes devidas a uma relação direta entre a sociedade local e o espaço local, hoje apresenta outra configuração, já que se dão como resultado das relações entre um lugar dado e fatores longínquos, vetores provindos de outros lugares, relações globais das quais cada lugar é o suporte.

A região fora, no passado, um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é muito grande, o que induz, frequentemente, à confusão de imaginar que a região não mais existe.

Se considerarmos a região como uma subdivisão do espaço, incumbe-nos, em primeiro lugar, definir o que o espaço é, para podermos chegar a uma definição coerente. Há diversas formas para entender o espaço. Hoje,

tomemos a acepção seguinte: espaço como a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistemas de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissolúvelmente juntos e cuja soma e interação nos dão o espaço total. Quanto mais complexa a divisão do trabalho, maior a diversificação e a complexificação dos objetos e das ações, maior a espessura do subespaço correspondente.

Quanto à divisão do trabalho atual, as características que interessam mais de perto ao nosso enfoque, são, em primeiro lugar, o fato de que, talvez pela primeira vez na história do homem, há uma completa superposição dos diversos níveis da divisão do trabalho. Desse modo, as divisões do trabalho internacional, nacional e local se imbricam de maneira necessária. E isso redefine, de um lado, a própria divisão do trabalho e, de outro lado, redefine o espaço em todos os seus níveis de organização ou, para guardarmos a velha denominação, em todas as suas escalas. E desse modo que a dimensão escalar poderia ser rediscutida, como instrumento de trabalho em geografia.

Em segundo lugar, é também a primeira vez em que a divisão do trabalho é fruto de uma organização deliberada, não sendo deixada ao sabor das combinações ocasionais, ainda que predeterminadas. Hoje, uma organização precede e preside à estruturação do trabalho, a partir do nível mundial, ditando as formas de vida das sociedades as mais diversas, e pretendendo mesmo impor as modalidades com as quais os diversos povos realizam o seu estatuto nacional. As formas de intervenção atual dos grandes organismos internacionais na vida íntima de cada país são um exemplo. Esse ditame organizacional, externo a cada nação, e que impõe, dentro de cada país, novas formas de convivência, termina por redefinir, redimensionar e reorganizar tudo, até mesmo o espaço. Isso, porém, não significa que haja uma submissão automática dos diversos níveis inferiores de organização aos respectivos níveis superiores. É, também, novo na organização territorial o fato de que, graças à universalização de tantos tipos de troca, os níveis inferiores de organização passem a ter um papel relevante na redefinição dos níveis superiores, da nação ao universo.

Em terceiro lugar, ressalte-se o papel das diversas formas de circulação nessa reorganização da divisão internacional do trabalho, sobretudo no que toca à reorganização espacial. A circulação já não se define como antes, apenas pelos transportes e pelas comunicações. Já que um novo sistema se levanta e ganha um papel reitor nas relações sociais, isto é, o subsistema da regulação, sem o qual já não se podem entender os fenômenos espaciais.

Sistemas de objetos e sistemas de ações, hoje

A partir desse quadro, o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar. Em outras palavras, de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade.

Antes as coisas e os objetos se davam como conjuntos localizados. Eram coleções e não, propriamente, sistemas. Atualmente, os objetos tendem a se dar cada vez mais como sistemas, na medida em que cada dia que passa eles se vão tornando objetos técnicos. Trata-se, no seu conjunto, de sistemas técnicos. A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade. Esses sistemas técnicos atuais são formados de objetos dotados de uma especialização extrema. Isto é sobretudo válido para os objetos que participam dos sistemas hegemônicos, aqueles que são criados para responder às necessidades de realização das ações hegemônicas dentro de uma sociedade.

Os objetos preexistentes vêm-se envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superior. Desse modo, cria-se uma tensão nos objetos do conjunto paralela à tensão que se levanta dentro da sociedade, entre ações hegemônicas e ações não hegemônicas. A situação é diferente da do passado, em que as ações de um nível inferior não eram obrigatoriamente hegemônicas. Agora há uma clara hierarquia das ações que se instalam em objetos igualmente hierarquizados e se exercem por seu intermédio. Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção. A construção e a localização — a inepção — dos objetos estão subordinados a uma intencionalidade que tanto pode ser puramente mercantil quanto simbólica, senão uma combinação das duas intencionalidades. Todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico, ao serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente.

Os objetos já não trabalham sem o comando da informação, mas, além disso, passam a ser, sobretudo, informação. Uma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação *para* os objetos, informação *nos* objetos.

Isso redefine inteiramente o sistema espacial, na medida em que uma informação concebida cientificamente para mover objetos criados deliberadamente com intenção mercantil, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial, possibilita a criação de uma enorme cópia de fluxos, extremamente diversos uns dos outros, tornando o espaço mais complexo.

A apreensão intelectual dessa nova situação é, sem dúvida, mais difícil, desafiando a nossa capacidade de teorizar e de produzir o conhecimento empírico adequado. É esse, talvez, o desafio maior que os geógrafos e os outros especialistas do território enfrentam em nossos dias. É nessa voragem que o conceito de região vem sofrendo restrições, ataques, remodelações. Para muitos, esse velho conceito já não seria adequado. Quanto a nós, não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos.

Para isso, é indispensável não apenas rever as qualificações atuais dos objetos, mas também das ações. Quanto a estas, tendem a ser racionais, sobretudo dos agentes hegemônicos, que utilizam objetos e sistemas técnicos hegemônicos.

As ações não são exclusivamente conforme aos fins, mas são conforme aos meios, isto é, conformes aos objetos. Elas não apenas são deliberadas, mas deliberadas por outros. Para a maior parte da humanidade, elas não são informadas de modo endógeno, mas informadas de fora. Tratam-se de ações com base científica, o que conduz frequentemente à não existência de um debate sobre sua validade, já que a ciência mitificada não é discutida, mas se impõe. Tais ações não são explicadas a todos, mas apenas ensinadas aos agentes, como base de uma atividade parcelizada, que na sociedade cria letrados cada vez menos cultos. São ações pragmáticas, onde a inteligência pragmática, como diria Horkheimer, substitui a meditação. Daí essa incapacidade dos homens de nosso tempo de saber o que são e de saber onde estão. Uma ação codificada, presidida por uma razão formalizada, ação que não é isolada, e que arrasta, ação que se dá em sistema, cujo lubrificante maior passou a ser, talvez, não a produção, mas sim a comunicação, tem o papel fundamental na organização da vida coletiva e na condução da vida individual. Entender todo esse processo torna-se crucial, tanto na interpretação do que a realidade é, como no esforço para mudá-la.

À recriação da ignorância e a necessidade do discurso

Tudo isso cria a necessidade do discurso, sem o qual, nos dias de hoje, nada se faz. As bulas que eram, no passado, indispensáveis quase que apenas para lermos as virtudes dos remédios, são hoje uma permanente precisão do homem no mais tolo afazer de cada dia. O aparelho de barbear traz indicação de como utilizá-lo e o instrumento mais complicado tampouco se utiliza sem, esse discurso, criando na sociedade os especialistas dos discursos especiais, ao mesmo tempo em que se debilita a criação do homem capaz de fazer discurso do todo, isto é, de entender a história e de propor uma nova história. Os objetos têm um discurso, um discurso que vem de sua estrutura interna e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas.

Tudo isso é mais fácil, pois num mundo que inventa cada dia uma novidade, tornamo-nos todos cada dia ignorantes do que são as coisas novas, do que elas trazem como impulso na produção e na ideologia. Essa criação cotidiana do homem ignorante é que impõe o discurso, impondo essa nova categoria de análise indispensável ao entendimento de que as coisas e os homens são.

Horizontalização e verticalização

Nesse espaço, assim reorganizado, há, de um lado, horizontalizações e, de outro, verticalizações, recortes espaciais superpostos. As horizontalizações atuais são a condição e o resultado das novas condições da produção propriamente dita. E as verticalizações são o resultado das novas necessidades de intercâmbio e da regulação. Os arranjos espaciais, nessas condições, não se dão apenas como as regiões do passado, figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, também, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. Tudo isto junto é o espaço. É a partir desses novos recortes

espaciais, dessas novas subdivisões do espaço, que devemos pensar as suas novas categorias analíticas, se não queremos falar apenas de um espaço total, seja o espaço total do ecúmeno, o espaço total da sociedade nacional, o espaço total de uma aglomeração urbana. Ora, a totalidade não se entende sem que seja, antes, subdividida.

No primeiro caso, as horizontalidades, a solidariedade entre os elementos formadores deve-se, sobretudo, à produção propriamente dita. Veja-se, como exemplo, a relação cidade-campo, onde a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende à própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola.

No segundo caso, nas verticalidades, a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e da sua regulação. Veja-se como exemplo a relação interurbana.

Trata-se de entender essa nova forma de solidariedade entre os lugares que tanto se pode dar a partir de contigüidades e continuidades, como da ação empreendida a partir de pontos distantes, mas não isolados. A região, nessas condições, mesmo aquela definida no mapa como uma mancha contínua (primeiro caso) deixa de ser definida como era antes. Não é mais a solidariedade orgânica que nos dá a região, mas uma solidariedade organizacional. Poderíamos parafrasear Baudrillard, em seu *Sistema dos Objetos*, quando ele disse que "a funcionalidade não é mais o que se adapta a um fim, mas uma ordem de sistema". De uma organização "natural", existindo pela troca de energia entre os elementos, tal como eles são e estão dispostos, nós passamos a uma valorização das coisas, isto é, sua própria vida funcional, por intermédio da organização. Onde se lia energia, leia-se informação, como novo princípio de estruturação do território, tanto nas suas subdivisões como no seu todo.

Nessas condições, as verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente fabricados para dar resposta às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado.

Quanto às horizontalidades tanto elas podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima, quanto o da contrafinalidade. Neste caso, elas são o palco de um cotidiano conforme, mas não conformista, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Espaço e movimento sociais

Lembremo-nos do fato de que os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, têm lugar onde um enquadramento rígido se estabelece, por exemplo uma forma de divisão da propriedade que age de modo semelhante à materialidade nas cidades, e cria como resposta um novo patamar da consciência coletiva.

Como trabalhar, não apenas empiricamente, mas também teoricamente, a relação entre os movimentos sociais e o espaço? Essa é a grande questão proposta já que nessa matéria não basta apenas *trazer o recital* da nossa experiência, mas sobretudo tentar construir um projeto-pensamento que apoie a nossa atividade futura. É impossível influir no futuro sem teoria.

O espaço hoje se subdivide entre subespaços onde há uma carga considerável de racionalidade e áreas onde isso ainda não ocorre. Onde os nexos científicos, tecnológicos, informacionais são importantes, temos aquele *meio técnico-científico-informacional*, uma porção de território onde as racionalidades dos agentes hegemônicos se tornam possíveis e se dão eficazmente, porque essa área geográfica é formada por objetos criados prévia e deliberadamente para o exercício dessa racionalidade.

Espaços do mandar, espaços do fazer

Esse meio técnico-científico que inclui saber é o suporte da produção do saber-novo, faz com que os outros espaços se tornem apenas os espaços do fazer. Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer.

A nova relação entre regiões, aquilo que no passado se chamava de dependência regional, subordinação de umas áreas a outras, tem esse conteúdo novo de ciência, tecnologia, informação, mas também dessa racionalidade outorgada pelas ações e pelos objetos. A nova centralidade depende dessa racionalidade que não se dá igualmente em toda parte. Os novos espaços centrais informados substituem aquela noção de *core*, que outrora nos foi apontada por J. Friedman e J. Boudeville. A partir desta nova organização do território, não cabe mais, no caso do Brasil, falar em litoral e interior, ou simplesmente em cidade e não cidade, ou urbano e não urbano. Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Todavia, essa racionalidade sistêmica não se dá de maneira total, absoluta e homogênea, pois, nas áreas assim transformadas, permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente.

Essa racionalidade tem sua própria lógica. Por exemplo, as greves mais largamente seguidas não se dão mais no sudeste do Brasil, talvez porque uma geografia extremamente racional se torna um obstáculo à visibilidade do mundo. A subordinação à racionalidade impõe aos indivíduos um enquadramento e lhes reduz a possibilidade de manifestação de uma inconformidade. Da mesma maneira, os resultados eleitorais. Se uma grande maioria de eleitores de São Paulo preferiu sufragar partidos não progressistas, até que ponto esse conjunto formado por objetos técnicos racionalizados teve um papel nesse tipo de voto?

Essa racionalidade supõe contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos "modernas" e, do ponto de vista social, nas minorias. As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas, sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na mesma medida em que os pobres delas também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade.

Por isso mesmo, as cidades são o lugar da revolta, da rebelião, do encontro com o que parecia impossível, já que são menos fáceis de conquistar pelo capital novo do que o campo. Este, nos dias de hoje, é muito mais suscetível da presença e da difusão do capital hegemônico que a cidade. Por essa razão, o campo é rígido, graças às

equações de trabalho e capital exigidas pelas novas produções, exigentes do uso da inteligência, da técnica e da informação. A cidade é rígida pelos objetos que a formam, essa materialidade que custa muito caro renovar: desse modo, a cidade tem mais bolsões de contra-racionalidade e de contrafinalidade que o campo. Nessas condições, e ao contrário do que frequentemente se diz, a cidade acaba sendo mais fácil de planejar.

No campo modernizado, onde a racionalidade já se instalou nos objetos e nas atividades, as grandes empresas podem comandar diretamente os processos, a despeito do Estado. Quando o campo é marcado pelo nexos da ciência, tecnologia e informação, o Estado aparece com menor força de intervenção, exceto se decide antepor-se às chamadas leis de mercado. Graças, exatamente, àquelas suas áreas sociais e geográficas onde a racionalidade capitalista contemporânea é menor, o Estado (União, Estados, Municípios) pode ter força para planejar a cidade.

A ação transformadora

Vivemos num mundo onde já não temos comando sobre as coisas, já que estão criadas e governadas de longe e são regidas por imperativos distantes, estranhos. Poderíamos, nesse caso, dizer, com Maffesoli, que os objetos já não nos obedecem, já que eles respondem à racionalidade da ação dos agentes. No dizer do Sartre de *A Imaginação*, os objetos se tornam sujeitos. Mas nenhum objeto é depositário do seu destino final e não há razão para um desespero definitivo. Num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las, para poder transformá-las. No século em que a Revolução Industrial se afirmou, essa revolta se dava como luta contra as novas invenções, vontade de destruir as máquinas, como no ludismo. Hoje, sabemos que tal revolta tem de se dar contra as relações sociais inegalitárias, que esses objetos permitem. O que se impõe é conhecer bem a anatomia desses objetos e daquilo que eles, juntos, formam — o espaço.

É através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, que poderemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle da ação, um limite ou um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. Não há, todavia, por que desesperar. Já que a vida das coisas não é dada para todo o sempre. Se estas podem permanecer as mesmas na sua feição rígida, ao longo do tempo alteram-se seu conteúdo, sua função, sua significação, sua obediência perante a ação. As determinações mudam, mudando os objetos. As ações re-vivificam as coisas e as transformam.

O conhecimento dos objetos e dos seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora, e o papel da geografia também se renova, na análise social e na construção do futuro.

escapando àquilo que Marx temia, isto é, o erro do século. Ou buscamos entender tudo ou não entendemos nada. Ou enfrentamos o todo em que se incluem, ou os objetos nos escapam em seu entendimento. Essa busca do global é mais exigida do que antes, ainda que à saciedade se repita que chegamos ao fim da teoria, da ideologia e da utopia. Na verdade, chegamos ao fim da natureza, na medida em que nas áreas chamadas desenvolvidas, o trabalho do homem é, hoje, inteligência dando-se sobre a inteligência. Nas demais áreas, ali onde a inteligência se dá sobre a natureza, as possibilidades de comando da natureza e de controle do destino dos homens (que vivem sobre essa natureza) são menores.

Por uma nova Planificação Regional

Que fazer? Este é o problema. Nas regiões onde a densidade técnica é menor, que é o caso da Região Amazônica, será desejável aumentá-la. Seria o caso de também aumentar a densidade informacional. Mas em que sentido? A informação que comanda os objetos não é uma informação geral, mas uma informação especializada, cujo exercício depende de poder. Os objetos obedecem a quem tem poder para comandá-los. A intencionalidade, que antes era incluída nos objetos hoje supõe um comando exterior. Não é por acaso que a raiz da palavra *cibernética* é a mesma da palavra *governador*. Informar é também governar. Quando aplicada à produção, a informação governada por interesses estranhos à área, é geradora de uma entropia, uma desorganização, antes que o detentor da informação reorganize o sistema em seu próprio proveito. A densidade informacional requerida em uma área crítica é a que permita descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade.

Como lutar adequadamente para recuperar algo do comando da evolução, isto é, como refazer a planificação regional? Entre o que somos e o que desejamos ser, entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais o homem e as regiões tanto necessitaram do conhecimento. Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. E daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos por que as intencionalidades estranhas vêm instalar-se em um dado lugar, e nos arremamos para sugerir o que fazer no interesse social.

Nesta nossa época nenhum tempo pode ser perdido com o discurso político puro. O discurso político só é hoje eficaz à medida que for instruído pelo discurso acadêmico, pois jamais necessitamos tanto de um discurso competente que, posto nas mãos dos políticos igualmente competentes, vai permitir-lhes dominar a problemática, e realizar, através do processo político, e por aproximações sucessivas, o encaminhamento cor-reto às soluções.

regional. Cabe, neste ponto, reconhecer os novos papéis das cidades locais e das cidades regionais, as novas relações cidade-campo e as novas relações interurbanas, e o novo papel que a aglomeração paulistana, tornada metrópole das metrópoles brasileiras — e não apenas uma metrópole a mais — foi chamada a desempenhar não apenas diante do estado e de áreas vizinhas, como do País como um todo. São Paulo ganha também novas relações internacionais.

4. A organização interna das diversas cidades também muda, A interferência do Estado, por intermédio do Banco Nacional da Habitação (BNH) ajudou a criar um modelo urbano disperso e extenso, que tende a se reproduzir; o papel da especulação ganha terreno em cidades dos mais diversos tamanhos; a forma como os diversos elementos da vida urbana se dispõem no território urbano tende também a mudar para que certas atividades "centrais" se tornem "periféricas", como, por exemplo, os supermercados e mesmo parte da atividade hoteleira e de restauração. A presença de volantes agrícolas, na qualidade de residentes urbanos, é, também, um dado novo que tanto influi sobre a morfologia, quanto sobre a funcionalidade das cidades.

13

MEIO TECNICO-CIENTIFICO-INFORMACIONAL E URBANIZAÇÃO DO BRASIL

Entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, e em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira se aproxima dos 75%.

BRASIL		
	População total	População urbana
1940	41.326.000	10.891.000
1950	51.944.000	18.783.000
1960	70.191.000	31.956.000
1970	93.139.000	52.905.000
1980	119.099.000	82.013.000

Os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decénio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento médio anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da

população total do País. Nos anos 60-70 os dois números se aproximavam. E na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. Nesse período, a população ativa agrícola aumenta de 0,0016%, ou seja, praticamente nada, passando de 13.087.000 para 13.089.000. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha um novo patamar, consolidado na presente década. Entre 1980 e 1990, o número de urbanos terá crescido mais de 40%, ao passo que o aumento da população nacional é de 27%.

AUMENTO ANUAL MÉDIO APROXIMADO DA
POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO URBANA

	Aumento médio	Aumento médio	
	Annual da pop.	Annual da pop.	B:A
	Total (A)	Urbana (B)	
1940-50	1.060.000	800.000	75,47
1950-60	1.820.000	1.320.000	72,52
1960-70	2.300.000	2.100.000	91,30
1970-80	2.600.000	2.900.000	111,53

Mas a complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a região Sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%.

Essas disparidades são permanentes, embora diversas segundo os períodos, conforme mostra o quadro seguinte:

TAXAS REGIONAIS DE URBANIZAÇÃO

	1940	1960	1980
Norte	27,7	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44
Sul	27,73	37,58	62,41
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

M. A. A. de Souza, 1988.

Em 1940, além de as taxas regionais não serem altas, as diferenças entre regiões são menos significativas do que nos anos seguintes. Já em 1960, o Sudeste, mais modernizado, mostra avanços importantes no processo de urbanização. Em 1980, todos os índices conhecem incrementos, enquanto o Sudeste mantém predominância. A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, ou seja, em outras palavras, pela maneira diferente como foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.

A situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. Quando da intensificação da urbanização, algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado, e não respondendo, assim, às vocações do presente. E a realidade do Nordeste, onde, também, uma estrutura fundiária hostil desde cedo a uma maior distribuição de renda, a um maior consumo e a uma maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas, e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento e de urbanização.

Por outro lado, o Centro-Oeste e, mesmo, a Amazônia, apresenta-se como extremamente apto aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pode, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente ao serviço de uma economia moderna, já que seu território era praticamente livre de heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, de modo que o novo vai se dar, aí, com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento.

Já o Sudeste, mais novo que o Nordeste e mais velho que o Centro-Oeste, consegue, a partir do primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital dominante. Cada vez que há uma modernidade, esta é encampada pela região. A cidade de São Paulo é um bom exemplo disto, pois constantemente abandona o passado, volta-lhe permanentemente as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico, o que lhe tem permitido, nos períodos recentes, um desempenho económico superior, acompanhado por taxas de crescimento urbano muito elevadas.

Todas as áreas do País experimentam um revigo-ramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território.

A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explicam a nova situação.

O meio técnico-científico-informacional

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas.

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza. Podemos dizer, junto com Max. Sorre (1948) e André Siegfried (1955), que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com essa categoria, e é preciso falar de meio técnico-científico-informacional, que tende a se superpor, em todos os lugares, ainda que diferentemente, ao chamado meio geográfico.

A partir, sobretudo, do fim da Segunda Guerra Mundial, generaliza-se a tendência. Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informação (M. Santos 1988). Isso traz, em consequência, mudanças importantes, de um lado na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Isso se dá de forma paralela à cientificação do trabalho. O trabalho se torna cada vez mais trabalho científico e se dá também, em paralelo, a uma informatização do território. Pode-se dizer, mesmo, que o território se informatiza mais, e mais depressa, que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenómeno é ainda mais marcante na medida em que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos.

Os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. E a diferenciação entre eles é tanto a da informação necessária a trabalhá-los, mas também a diferenciação da informação que eles próprios contêm, pela sua própria realidade física.

O fato de que os objetos criados pelas atividades hegemônicas sejam dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos históricos anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multiplique também.

Juntemos a esse um outro dado: da totalidade dos objetos surgidos, alguns têm uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil, de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas que tanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área, e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes.

Nesse período, no caso brasileiro, alguns fatos têm que ser ressaltados:

1.º) Há um desenvolvimento muito grande da configuração territorial. A configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época. O desenvolvimento da configuração territorial na fase atual vem com um desenvolvimento exponencial do sistema de transportes e do sistema de telecomunicações.

2.º) Outro aspecto importante a levar em conta é o enorme desenvolvimento da produção material. A produção material brasileira, industrial e agrícola, muda de estrutura; a estrutura da circulação e da distribuição muda, a do consumo muda exponencialmente; todos esses dados da vida material conhecem uma mudança extraordinária, ao mesmo tempo em que há uma disseminação no território dessas novas formas produtivas. A parte do território alcançada pelas formas produtivas modernas não é apenas a região polarizada da definição de Jacques Boudeville (1964), nem o Brasil litorâneo descrito por Jacques Lambert (1959) mas praticamente o país inteiro.

3.º) Outro dado importante a considerar é o desenvolvimento das formas de produção não material; não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também uma grande expansão das formas de produção não material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não material que se disseminam sobre o território.

4.º) Isso tudo se dá através do modelo econômico, que privilegia o que se poderia chamar de distorção da produção, uma produção orientada para fora, *external oriented*, uma distorção igualmente do consumo com maior atenção ao chamado consumo conspícuo, que serve a menos de um terço da população, em lugar do consumo das coisas essenciais, de que o grosso da população é carente. Há uma relação íntima de causa e efeito entre a distorção da produção e a distorção do consumo, o que está ligado às múltiplas formas de "abertura" da economia nacional e tem um efeito sobre as outras dimensões da economia que são também geográficas, como a

circulação e a distribuição. Isso tudo com relação a uma população que cresce: um fato que sempre choca um leitor ou ouvinte estrangeiro é quando se menciona que, a cada ano, o Brasil tem 3.000.000 de novos habitantes. Essa é uma dimensão fundamental para entender a existência de um Brasil rico ao lado de um Brasil pobre, e as formas atuais de reorganização do espaço brasileiro.

Há uma especialização extrema de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema dessas produções. Trata-se de uma especialização cada vez mais capitalista. Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente naqueles subespaços menos avançados. No caso brasileiro, esse meio técnico-científico praticamente está presente naquilo que Boudeville (1968), juntamente com Friedman (1971), teria chamado, há vinte anos, de "centro" do país, área que preferimos denominar de região concentrada e que cobre praticamente os estados do Sul e do Sudeste e que desborda para o Centro-Oeste, como uma área contínua; mas esse meio técnico-científico se dá como manchas em outras áreas do território nacional; e como pontos em todos os estados e unidades da Federação, tudo isso prefigurando o território nacional do futuro.

Foi o período técnico-científico da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, na região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja.

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, se criem necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, na medida em que avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto for grande o número de produtos e a diversidade da sua produção.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo nesse caso virtuoso (ou será vicioso?) se amplia.

O fato de que o espaço seja chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e técnica traz consigo outras consequências, como uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo

em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas etc.). Como consequência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário, de tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, dando uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana..

Cabe, igualmente, lembrar que nesta fase amplia-se a área da produção, ao passo que a arena da produção se reduz. Isto é, a produção, considerada em todas as suas instâncias, se dá em áreas maiores do território, ao passo que o processo produtivo direto se dá em áreas cada vez menores. Essa é uma tendência facilmente assinalável no território brasileiro. Ela é tornada factível em boa parte pela possibilidade agora aberta à difusão das mensagens e ordens em todo o território nacional. A creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é, hoje, possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a motores económicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional. De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia no nível mundial, que é, em última análise, responsável, direta ou indireta, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexo financeiro e conduz a uma reformulação do espaço em escala mundial.

No caso do Brasil, o ajustamento do espaço às novas condições do período tem dados particulares, que são ao mesmo tempo fatores de implantação e de aceleração do processo. Um deles é o já referido modelo económico, do qual um subtítulo é o modelo exportador, agravado em função da dívida, o que veio criar para o País, nas áreas mais ricas, uma permanência no crescimento, com a presença de culturas agrícolas modernas, tendo como paralelo uma maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes. As, novas necessidades de complementaridade aparecem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Essa é uma diferença entre a complementaridade atual e a complementaridade do passado, esta nova necessidade de regulação, de controle estrito, mesmo que à distância, dos processos da produção, mas também da distribuição e de tudo mais que envolva o processo de trabalho, ampliando a demanda de urbanização.

A nova urbanização: diferenciação e complexidade

Tudo isso vai dar em consequência uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais da explicação é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não se dirá, com isso, que a população brasileira se haja tornado culta, mas ela se tornou mais letrada. O fato de que se haja tornada mais letrada está em relação direta com a realidade que vivemos neste período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho

intelectual solicitada é enorme, sobretudo porque a produção material diminui em benefício da produção não material. Tudo isso conduz à amplificação da terciarização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização.

Por outro lado, amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batedeiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das ideias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenómeno da urbanização, sobretudo porque, ao lado do consumo consump-tivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, ao consumo consumptivo, que se ampliou, corresponde, também, uma ampliação de consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural.

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas.

O consumo consumptivo cria uma demanda heterogénea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda. A arquitetura do sistema urbano tende a se reproduzir; o que varia é a distância entre os núcleos do mesmo nível, os quais dispõem de equipamentos mercantis comparáveis. Essa distância será tanto maior — e a acessibilidade aos bens e serviços tanto menor — quanto a demanda gerada na região for menor. Ao contrário, quando a demanda local é maior, a distância entre os núcleos provedores tende a ser menor, e a acessibilidade, portanto, igualmente maior.

O consumo produtivo cria uma demanda heterogénea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa. É assim que vamos ter no Brasil um número crescente de cidades com mais de 100.000 habitantes, o novo limiar da cidade média. Há três ou quatro decénios, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20.000 habitantes.

Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, frequentemente firmas hegemónicas, dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional.

Fortes de sua influência junto do Estado, terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território, levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades económicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade económica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. O campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de esses objetos geográficos terem um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência). Tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo.

A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. O Brasil é um país que praticamente não conhecia o fenómeno de "village". Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras só vão nascer, já modernas, neste mesmo período, com a colonização na Amazônia e no Centro-Oeste. Na verdade, não nascem rurais, já surgem urbanas. O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural. Entre 1960 e 1980, a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, enquanto a população rural fica praticamente estacionária: 38.418.798 em 1960, 38.566.297 em 1980 (em 1970, são 41.054.054).

A população agrícola se torna maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os béias-frias) (J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo. A essa divisão social do trabalho ampliada que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam.

As cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.

Dentro do que frequentemente consideramos como localidades do mesmo nível, há uma diferenciação cada vez mais marcada, acompanhada de uma divisão interurbana do trabalho. E o que se verifica no Brasil em boa porção dos estados do Sudeste e Sul» com a distribuição de funções produtivas entre as cidades. Isso é possível porque os

transportes se difundiram e à criação de grandes autopistas se soma, nas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como consequência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos. Na medida em que essa acessibilidade financeira é maior, os preços tendem relativamente a baixar e a parte disponível do salário tende relativamente a aumentar. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.

Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemen-te, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras. Este é, por exemplo, o caso geral do Nordeste brasileiro. A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada.

No sistema urbano, as categorias consideradas como homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças. Se, no período anterior, metrópoles como Salvador, Recife, Belém guardavam elementos de semelhança, pois a produção industrial que lhes cabia era orientada para um número reduzido de bens, ligados ao consumo mais banal dos habitantes, hoje, com um sistema moderno de transportes e comunicações que facilitam o comércio e o controle por firmas situadas a milhares de quilômetros do lugar de produção, aquelas antigas metrópoles regionais se tornam profundamente diferenciadas entre si. Maria de Azevedo Brandão (1985) mostra o quanto a indústria baiana é diferente da de Recife, e o mesmo pode ser dito de Porto Alegre e Belém. Isto é possível porque se tornou viável o aproveitamento das virtualidades de cada área, na medida em que um sistema industrial mais complexo distribui territorialmente tarefas distintas, graças às facilidades de transporte e comunicações.

Essa diferenciação também se dá entre São Paulo e Rio de Janeiro. A disputa que mantinham no começo do século já se mostra favorável à primeira dessas cidades desde os anos 30, ainda que, estatisticamente, isso só vá relevar-se no decênio seguinte. Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. Esta nova qualidade do papel de comando da metrópole paulistana provoca um distanciamento maior entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma maior divisão territorial do trabalho, não só no nível do Sudeste, mas de todo o Brasil. São Paulo destaca-se como uma metrópole onipresente no território brasileiro.

Esse novo período consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e, de outro lado, uma redistribuição dos pobres, que as cidades maiores são mais capazes de acolher. A mais rica de todas, São Paulo, é também a que tem maior poder de atração. Basta dizer que, entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do País, o dobro do que vai para o Rio de Janeiro. Apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado, em favor da colonização da Amazônia, levando para essa região um contingente de dois milhões de pessoas, essa migração não é comparável à que se dirigiu para as regiões metropolitanas. Apenas a região metropolitana do Rio de Janeiro recebe, no mesmo período, um volume igual de pessoas, enquanto a Grande São Paulo acolhe o seu dobro.

Por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias um incremento demográfico parecido, devido em grande parte ao jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20.000 e 500.000 habitantes vêem sua população total passar de cerca de sete milhões em 1950 para perto de 38 milhões em 1980, enquanto as cidades com mais de um milhão de habitantes passam de seis milhões e meio em 1950 para 29 milhões de residentes em 1980.

Por último, dir-se-ia que, dentro das cidades, sobretudo das grandes cidades, se vai dar aquilo que Armstrong e McGee (1968) haviam prematuramente visualizado nos anos 60. Esses dois geógrafos propunham a noção de "involução urbana" a partir do que era chamado de *ruralização da cidade*, isto é, a invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma *involução metropolitana* mas em outro sentido, na medida em que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas grandes cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico (Santos, 1988b).

São Paulo há muito tempo que cresce relativamente menos do que o País e cresce também menos do que o Estado de São Paulo, não propriamente em termos absolutos, mas em termos proporcionais. Este, aliás, não é apenas um fenômeno paulista. Nas regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico é, por razões múltiplas, maior que nas respectivas metrópoles. Estas são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho, uma vez que, no campo, por substituição de uma composição orgânica do capital a uma outra composição orgânica do capital é mais fácil do que o é, na cidade, a substituição de uma composição técnica por uma outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrasar um quarteirão, abrir uma nova avenida, fazer um túnel ou um viaduto, do que substituir, por meio de incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres venham para a cidade e abandonem o campo modernizado leva a que no urbano se recriem condições para utilização do velho econômico.

A “dissolução” da metrópole

Houve, ao longo da história brasileira, quatro momentos do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, pela ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência. Num segundo momento, há luta pela formação de um mercado único com uma integração territorial apenas no Sudeste e no Sul. Um terceiro momento é quando um mercado único nacional se constitui. E o quarto momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado, único e diferenciado, um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

Nesse momento, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se funcionalmente centrais.

Antes, sem dúvida, a metrópole estava presente em diversas partes do País. Digamos que o núcleo migrava, para o campo e para a periferia, mas o fazia com defasagens e perdas, com dispersão das mensagens e ordens. Se, ao longo do tempo, o espaço se tornava mais e mais unificado e mais fluido, todavia faltavam as condições de instantaneidade e de simultaneidade que somente hoje se verificam.

Mas ao contrário do que muitos foram levados a imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo; nem este se apaga. O que ocorre é uma verdadeira demultiplicação do tempo, devida a uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das novas condições de realização da vida social.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas.

Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território.

Nenhuma cidade, além da metrópole, "chega" a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole. Informações virtualmente de igual valor em toda a rede urbana não são igualmente disponíveis em termos de tempo. Sua inserção no sistema mais global de informações de que depende o seu próprio significado depende da metrópole, na maior parte das vezes. Está aí o novo princípio da hierarquia, pela hierarquia das informações... e um novo obstáculo a uma inter-relação mais frutuosa entre aglomerações do mesmo nível, e, pois, uma nova realidade do sistema urbano.

Os momentos que, no mesmo tempo do relógio, são vividos por cada lugar, sofrem defasagens e se submetem à hierarquia (em relação ao emissor e controlador dos fluxos diversos). Porque há defasagens, cada qual desses lugares é hierarquicamente subordinado. Porque as defasagens são diferentes para os diversos variáveis ou fatores, é que os lugares são diversos.

As questões de centro-periferia, como precedentemente colocada, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sin-crônica. Trata-se, assim, de verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, de funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Temos, agora, diante de nós, o fenômeno da "metrópole transacional" de que fala Helena K. Cordeiro (1988). Esta é a grande cidade cuja força essencial derivado poder de controle, sobre a economia e o território, de atividades hegemônicas, nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do processo produtivo, em suas diversas etapas. Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial.

O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.

No caso brasileiro, vale a pena insistir sobre essa diferença pois em ambos os momentos a metrópole é a mesma: São Paulo. Nas condições de passagem de uma fase a outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole.

Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. O fato é que estamos diante do fenômeno de uma *metrópole onipresente*, capaz, ao mesmo tempo, pêlos seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu ta-lante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional.

Retomemos o exemplo, de modo figurativo. No passado, São Paulo sempre esteve presente no País todo: presente no Rio um dia depois, em Salvador três dias depois, em Belém dez dias depois, em Manaus trinta dias depois... São Paulo hoje está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e imediatamente, o que traz como consequência, entre outras coisas, uma espécie de segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto, mercado, na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual. Isso representa um desafio às planificações regionais, uma vez em que as grandes firmas que controlam a informação e a redistribuem ao seu talante têm um papel entrópico em relação às demais áreas e somente elas podem realizar a negentropia. E espaço é assim desorganizado e reorganizado a partir dos mesmos pólos dinâmicos. O fato de que a força nova das grandes firmas, neste período científico-técnico, traga como consequência uma segmentação vertical do território

supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar a uma nova horizontalização das relações, que esteja não apenas ao serviço do econômico, mas também do social.

O dilema da modernização tecnológica

Há, pois, com a modernização, reformulação do sistema urbano e reordenamento das cidades, como resultado das novas formas de realização da vida econômica e social. Como a modernização não se dá de forma homogênea, há diversidades segundo regiões e lugares, mas a realidade comum é a diferenciação e a complexidade crescentes do fenômeno urbano e regional no País, ao mesmo tempo em que o espaço brasileiro e o sistema urbano abrigam uma população variada, onde a riqueza e a pobreza aumentam paralelamente.

Ora, a América Latina e o Brasil em particular, desde os inícios de sua história ocidental, sempre foram abertos aos ventos do mundo, enormemente permeáveis ao novo, em todos os momentos. Daí a sua vulnerabilidade e a sua força. A aceitação mais fácil e mais pronta dos modelos de modernização lhe tem permitido saltar etapas, percorrendo em muito menos tempo caminhos que ao Velho Continente exigiram uma lenta evolução. Por outro lado, esse processo de integração se tem dado à custa de enormes distorções do ponto de vista territorial, econômico, social e político. O período técnico-científico começa a se implantar sob esses mesmos signos, ajuntando novas distorções às herdadas das fases anteriores. Pode-se, todavia, imaginar, neste novo período histórico que é a fase das organizações, e, também, a fase da inteligência, que será possível reverter essa tendência? Aí está, sem dúvida, um grande desafio para os povos e, também, para seus intelectuais, voltados a pensar o futuro a partir das realidades do presente. O ponto central não é, apenas, a escolha das novas variáveis históricas, num mundo em que a modernidade se tornou irrecusável; mas a dosagem de sua combinação, não mais a partir dos imperativos da técnica, de que a economia se tornou subordinada, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e à economia e à tecnologia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número.

Bibliografia

Armstrong, W. R. and T. G. McGee. "Revolutionary change and the Third World city: a theory of urban involution", *Civilisations*, n.º 18, p. 353-377.

Boudeville, Jacques. "Lês notions d'espace et d'intégration", in J. Boudeville, (ed.), *L'espace et lês polés de croissance*, Presses Universitaires de France, Paris, 1968.

Boudeville, Jacques. *Lês Espaces Economiques*. Presses Universitaires de France, Paris, 1964.

Brandão, Maria de Azevedo. "A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70", *Revista de Economia Política*, vol. 5, n.º 4, out.-dez. 1985, p. 77-98.

- Cordeiro, Helena K. "O papel da região metropolitana de São Paulo e dos principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro", *Ciência e Cultura*, vol. n.º 3, março 1988, p. 238-57.
- Friedman, John. "Urbanisation et développement national: une etude comparative", *Revue Tiers Monde* n.º 45, jan.-mars 1971.
- Graziano da Silva, José. "O cenário esperado: a industrialização e a urbanização da agricultura brasileira". Universidade de Campinas, abril 1989 (mimeo.).
- Lambert, Jacques. *Os dois Brasis*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1959.
- Santos, Milton. "A metrópole: modernização, involução e segmentação", comunicação ao Simpósio *Trenas and Challenges of Urban Restructuring*, ISA-IUPERJ, Rio de Janeiro, 26-30 set. 1988.
- Santos, Milton. "Réflexions sur le rôle de la géographie dans la période technico-scientifique", *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 32, n.º 87, dez. 1988, p. 313-19.
- Siegfried, André. *Aspects du Siècle*, A. Collin, Paris, 1955.
- Sorre, Maximilien. *Les Fondements de la Géographie humaine*. Tom. III, 1.ª Partie: Les fondements techniques, A. Colin, Paris, 1948.
- Souza, Maria Adélia A. de. *Governo Urbano*. Ed. Nobel, São Paulo, 1988.